

EDUCAÇÃO: COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO COM O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA

SANDRA PAULA DA SILVA BATISTÃO
MARIA ELIZA MATTOSINHO BERNARDES

INTRODUÇÃO

Não se pode ignorar que a Educação é um ato político e que também, de forma isolada, não poderá reverter as mazelas de um sistema seletivo e excludente, como o que vivemos em nossa sociedade, mas entende-se que um ensino devidamente organizado (Vigotski, 1998) pode criar possibilidades para a transformação dos sujeitos e da sociedade pela mediação da produção cultural elaborada historicamente pelo próprio homem. Dessa forma, este estudo fundamenta-se na teoria histórico-cultural quando evidencia a necessidade de a escola cumprir sua finalidade, sendo ela, a mediação do conhecimento elaborado historicamente pelo conjunto dos homens.

O conceito de Educação é anunciado com a intenção de contribuir com as reflexões acerca de sua importância frente às possibilidades de transformação dos sujeitos e da sociedade, pois se entende que um ensino de qualidade poderá criar possibilidades de superação para a transformação do que está instituído.

Nesta objetivação, explicitam-se as políticas de Estado para a educação alinhando as reflexões em torno da conceituação de educação enquanto princípio humanizador em conformidade com a perspectiva teórica assumida.

EDUCAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO NA EDUCAÇÃO

Sabe-se que, a partir da educação em geral, o conhecimento construído pelo homem pode ser mediado a favor de um processo de transformação social, fato explicitado quando Bernardes afirma que:

Entender educação como mediação no processo de emancipação humana pressupõe a compreensão de que o homem se constitui, dialeticamente, a partir das atividades que objetivam pelo processo de comunicação nas relações interpessoais, entre sujeitos com diferentes níveis da cultura, entendida como produção histórica elaborada pelo conjunto dos homens, e que tem como finalidade a promoção do humano no homem. (BERNARDES, 2010, p. 293)

Nessa perspectiva, compreende-se que educação se dá a partir da família e dos diferentes segmentos de grupos sociais, cujo desenvolvimento e origem resultam do processo de autoconstrução humana, a partir das relações interpessoais. Nesse alinhamento reflexivo, Bertoldo (2010, p. 196) colabora declarando que “o homem não nasce com aptidões desenvolvidas, ao contrário, estas são geradas pelos próprios homens na medida em que vão criando o seu mundo exterior e a si mesmos”.

Ao conceber a educação em geral enquanto atividade prática sensitiva (Leontiev, 1983) que medeia as abstrações elaboradas pelos homens nas relações interpessoais, ao nascer e conviver nos grupos sociais a criança é exposta a vivências essenciais para o processo de humanização. Nas vivências, as significações são internalizadas pelos sujeitos. Em atividade, estes sujeitos se apropriam do conjunto das abstrações mediadas e agem sobre a realidade vivenciada, podendo transformá-la (ou não) e se autotransformar.

Desta forma, concebe-se a função da educação enquanto atividade em geral que tem a finalidade de desenvolver as capacidades humanas por meio das mediações simbólicas, entendendo-as como sendo ilimitadas no gênero humano.

Na abrangência do conceito de educação enquanto atividade geral, coloca-se que as características humanas se desenvolvem a partir da transmissão, produção e apropriação da cultura e, nesta perspectiva, concebe-se a cultura como o conjunto da produção humana. Sobre este aspecto, Paro (2010, p. 89) afirma que “se a educação visa ao homem e a educação é a apropriação da cultura, é pela educação que nos fazemos humanos”.

Pela apropriação da cultura o homem produz, a partir de sua relação com a natureza e com os outros homens, algo que não existe naturalmente; produz o mundo humano, pois transforma a natureza e a si mesmo, tornando-se sujeito histórico. Segundo Paro (2010, p. 25), “o homem faz história, portanto, ao produzir cultura” quando transcende a natureza. Nesse alinhamento reflexivo, coloca-se que a educação em geral se destina à promoção

do homem, enquanto ser genérico, como ser universal pela mediação da cultura enquanto produção humana particular.

Nestas condições, a subjetividade dos indivíduos singulares é a expressão das possibilidades criadas pela organização social para que a cultura seja apropriada pelos mesmos por meio das diversas formas de mediação na sociedade. Em especial, nas sociedades de classe, o acesso à cultura por meio das mediações não é uma condição igualitária; as condições particulares podem ser potencializadoras ou impeditivas para que as máximas potencialidades humanas sejam desenvolvidas por meio da mediação da produção humana.

Portanto, a partir de algumas considerações a respeito do papel do Estado na Educação, coloca-se que esse representa um instrumento através do qual a sociedade, politicamente organizada, busca realizar seus objetivos no plano político.

Segundo Saes, (1987), o Estado capitalista está organizado institucionalmente como se não existisse a divisão de classes. Dessa forma, entende-se que o Estado tem a função de reorganizar os interesses econômicos das classes dominadas para poder conciliar os interesses dessas com os interesses econômicos da classe dominante.

Sabe-se que é através do Estado que as sociedades buscam regularizar e coordenar sua ação social e econômica. Sobre este aspecto, Poulantzas (2000, p. 10) afirma que “é cada dia mais evidente que estamos enredados nas práticas de um Estado que, nos mínimos detalhes, manifesta sua relação com interesses particulares e, conseqüentemente bem precisos”. Portanto, neste estudo, não se pode deixar de propor reflexões acerca do papel do Estado na educação. Segundo Anibal Ponce, o Estado está articulado de forma a ser:

Uma organização para governar os explorados, que se destacou da sociedade humana, e, aos poucos, diferenciou-se dela. Supõe a existência de um grupo especial de homens, os políticos, unicamente ocupados em governar, que se utilizam, para isso, de um organismo concebido para a subordinação da vontade de outrem, pela violência; este organismo compreende a política, o exército permanente, as prisões, os tribunais; é preciso acrescentar ainda os órgãos de pressão ideológica; o ensino, a imprensa, o rádio etc. Em resumo, o Estado não existiu sempre; o organismo do Estado não aparece senão no momento em que surge na sociedade a divisão em classes antagônicas, a exploração de classe. (PONCE, 1963, p. 290)

É possível entender essa atuação do Estado ao resgatar que, há algumas décadas, vivíamos sob o regime de uma ditadura que nos extraiu a condição de partícipes do processo político e hoje, diante da tentativa de construção de um movimento democrático, sinalizamos nossa pouca eficiência para este exercício. Saes (1987, p. 62) contribui nessa reflexão quando define democracia, declarando que “um regime político burguês só é efetivamente democrático quando o Estado assegura de fato as liberdades políticas (expressão, reunião, organização partidária) codificadas nos textos legais. Caso contrário, não passa de uma ditadura disfarçada [...]”.

Assim sendo, problematiza-se o papel do Estado diante das obrigações para com todos os cidadãos e para com a garantia da igualdade dos direitos. No entanto, diante do contraste social, questiona-se esse movimento, pois se sabe que o mesmo segue garantindo o acesso aos bens comuns, não a todos, mas apenas a alguns.

Diante das desigualdades, em conformidade com Silva (2011), pode-se questionar o cumprimento do papel do Estado no que se refere às demandas educacionais, ao compreender-se que a escola está inserida no processo capitalista e que, portanto, o Estado dirige a educação de acordo com as finalidades postas pela sociedade em que a classe dominante busca, através desse, realizar seus interesses.

Respalgadas pela constatação de Saes (1987) de que o Estado, através de políticas públicas, busca assegurar a continuidade da relação de exploração, objetivando a manutenção do que está instituído, compreende-se que sua função, portanto, não é atender aos interesses de todos e, nessa proposição, inclui-se educação de qualidade.

No percurso da análise, entende-se que as questões que entravam o processo educacional transitavam pela sua estrutura, financiamento e concepções. Mas, sobretudo, os entraves se dão a partir das ideologias que estão a favor da classe dominante, como convém retomar a partir de Poulantzas (2000, p. 53), ao declarar que “é no Estado capitalista que a relação orgânica entre trabalho intelectual e dominação política, entre saber e poder se efetua de maneira mais acabada”.

Portanto, ao se pretender levar em conta a influência da educação a favor do processo de transformação do indivíduo e da sociedade, não se pode esquivar de problematizar o papel do Estado frente à organização e implantação de políticas públicas de educação, sendo necessário apoiar-se na análise feita por Fernandes (1979) que, analisando a década de 50, afirmava que o Brasil, acreditando dar início ao exercício da democracia, já deixava marcas que seria controlado pelas escolhas das minorias (classe dominante) e não pela coletividade (classe dominada).

Dessa forma, imersos nas circunstâncias produzidas pelo capitalismo, as desigualdades sociais, econômicas e culturais precisam ser analisadas e problematizadas. Nesse alinhamento reflexivo, entende-se, que a educação tem papel fundamental na condução desse processo histórico, pois pode e deve recorrer à história construída pelo próprio homem na intenção de que este, num processo de análise e apropriação da própria cultura, possa se fortalecer e vislumbrar as possibilidades de participação política, objetivando minimizar tais desigualdades.

Na busca por contribuir com as reflexões acerca do processo educacional, na continuidade, conceitua-se educação pública e educação escolar, pois, como afirma Saviani (2006, p. 103) “já não é possível compreender a educação sem a escola, pois é nela que se dá a forma dominante de educação”, entendendo que o homem não existe fora do mundo e da sua realidade.

EDUCAÇÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO ESCOLAR

Ao anunciar a problemática acerca da educação pública no Brasil, resgata-se o Manifesto dos Pioneiros de 1932, quando esse referendou-se como um marco na educação brasileira ao eleger a escola pública, gratuita e laica como responsabilidade do Estado.

Trata-se aqui de anunciar um documento que, mesmo sendo datado de oito décadas atrás, sinaliza em seu teor, a tentativa de enfrentamento de muitos desafios que são atuais, pois já projetava a educação pública como elemento decisivo no percurso de desenvolvimento social do país, cabendo aqui colocar que essa concepção encontra-se presente atualmente nos discursos parlamentares, dificultando, assim, a compreensão da sociedade acerca da precariedade do ensino público.

Sob este aspecto, Silva colabora declarando que:

Snyders em *Escola, classe e luta de Classe* [...] assevera que na sociedade de classes, a função principal da escola é a inculcação da ideologia burguesa e a sujeição e o disfarce da ideologia proletária, para impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado revolucionária, pois ela qualifica o trabalho intelectual e desqualifica o manual, sujeitando o proletariado a ideologia burguesa [...] (SILVA, 2011, p 147)

Dessa maneira, segundo Silva (2011), compreende-se que ideologicamente o sistema de ensino público é resultado do papel histórico que a escola

desempenhou no seu percurso, pois, mascara a relação entre os resultados escolares e a origem social dos seus sujeitos.

A escola, na medida em que se adequou às exigências do capitalismo, respondendo pela sua reprodução e fortalecimento, foi conduzida a distanciar-se da sua função social. Essa reflexão é fundamentada em Saviani, quando afirma que:

[...] a escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; portanto a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. (SAVIANI, 1982, p. 35)

Sendo assim, entende-se ser importante conceituar educação escolar quando nesse direcionamento, Silva (2011, p. 152) declara que “Snyders seguindo a tradição marxista enfatiza que a escola é palco da luta de classes e por isso deve ser utilizada pelas classes exploradas, pelas forças progressistas, como um dos seus instrumentos de luta e de libertação”.

Ao anunciar a função da educação escolar, Paulo Freire (2011, p. 96) contribui para o desvelamento do conceito quando declara que “a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Sendo assim, sabe-se que à escola não cabe só formar indivíduos, pois se faz necessário compreender que tipo de sociedade e para que tipo de prática social o educador está formando seus alunos. Nesta perspectiva, reafirma-se a importância da educação escolar como mediação no processo de emancipação humana. Segundo Bernardes (2010, p. 294), compreende-se que “a escola tem o dever ético e político de ser o espaço social (oficial) onde o conhecimento, elaborado historicamente pelas ciências, deve ser ensinado e aprendido pelos sujeitos”.

Saviani (2004) colabora nessa direção ao clarificar que a educação escolar distingue-se de outras formas espontâneas de educação devido à sua função: a produção da humanidade no homem alertando que, para tanto, a escola precisa ser capaz de transformar conceitos espontâneos em conceitos científicos.

Educação escolar, segundo Duarte (2007), corresponde à instituição cuja função social é ser propagadora do saber científico. Segundo o autor, a educação escolar é responsável pela reprodução da humanidade em cada indivíduo humano. Sendo assim, torna-se inviável esse processo sem a mediação de uma atividade intencionalmente direcionada para esse fim.

Sendo a educação escolar, entendida como a mediação da cultura em geral e do conhecimento historicamente elaborado pelo homem, questiona-se se

essa tem conseguido atingir suas finalidades. Tal questão aponta ser necessário repensar a função social da educação escolar e sua importância. Sob esse aspecto, Nereide Saviani, declara que:

Quando se trata de definir qual saber a escola deve difundir, como e a quem, as ideias são as mais variadas, cruzam-se, aproximam-se, opõem-se, avançam, recuam, saem de cena, reaparecem, ostentam-se, dissimulam-se... a depender de correlação de forças, conforme as necessidades e exigências impostas pelas circunstâncias e pelos atores em movimento, em conflito. (SAVIANI, 2010, p.1)

Sem esquivar-se das contradições que permeiam a escola pública, entende-se que, desde sua origem, a educação está associada à necessidade de generalização do conhecimento científico sistematizado e, nessa dinâmica, sabe-se que o conhecimento deve ser apropriado pela objetivação de uma prática educativa que leve em consideração os sujeitos, sua presença no mundo, suas crenças e valores, bem como suas expectativas e necessidades de acesso ao conhecimento.

Segundo Duarte (2007, p. 9), “ressalta-se a importância do caráter mediador entre o cotidiano e o não-cotidiano realizado pela educação escolar”, o que conduz pensar a relevância da escola. Quando os profissionais da educação compreendem a relação entre a função educativa e a prática social, podem contribuir para a transformação da consciência dos homens para que estes possam transformar a sociedade.

Nessa perspectiva, problematizar educação escolar é reconhecer sua importância para o processo de emancipação dos sujeitos.

Desta forma, retoma-se que, entendendo o homem como sendo sujeito histórico, é necessário direcionar a atenção para o fato de que esse se humaniza na medida em que suas potencialidades são desenvolvidas, e esse processo se intensifica a partir da apropriação do conhecimento, daí a importância da escola.

Importância e necessidade, pois enquanto cultura, segundo Paro (2010, p. 26), “o conteúdo da escola é a própria cultura humana”, o que a faz ser capaz de capacitar o homem a tornar-se história pela sua condição de sujeito. Na medida em que entra em contato com as Artes, as Ciências e a Política, o homem se faz e faz a história produzindo e se apropriando da cultura. E essa pode estar a favor da transformação do próprio homem e da sociedade, portanto é importante que a educação seja organizada com vistas à formação dos sujeitos plenamente valorizada do ponto de vista social. Cabe colocar que se entende que a escola torna-se relevante quando conse-

gue organizar o trabalho educativo como sendo atividade orgânica da vida cotidiana, assim como quando realiza a ação pedagógica como atividade não cotidiana, pois, segundo Duarte (2007, p. 50), “o conjunto da atividade social não pode se reproduzir se não é reproduzida nos indivíduos a humanidade produzida historicamente”.

Nessa direção, entende-se que se acentua a importância da escola frente à análise dos fatos históricos e, conseqüentemente, das desigualdades sociais. Sabe-se, portanto, que na medida em que a escola apresentar aos alunos a história do homem e a importância deste enquanto sujeito partícipe do processo de humanização, essa poderá potencializar suas possibilidades de superação e transformação frente ao que está posto na sociedade.

Portanto, faz-se necessária a compreensão do que está instituído entre as políticas públicas, educação e sociedade, pois, como indica Freire (1983, p.16), “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” e esse movimento só se faz possível por intermédio da apropriação do conhecimento que ultrapassa os limites da espontaneidade.

Em consonância com as reflexões colocadas, entende-se que os investimentos insuficientes, associados à descontinuidade das políticas públicas educacionais, conferiram à educação uma condição de desqualificação frente à promoção da cultura e à apropriação do conhecimento. Sabe-se que muitas são as mazelas no campo educacional, como os baixos salários, situações precárias dos equipamentos públicos, salas superlotadas e a superficialidade acadêmica na qual são formados os professores, e esse cenário vem se fortalecendo, pois, como declara Patto:

Todos sabemos que anos e anos de uma política educacional que tem na base o descaso pela boa qualidade da escola para o povo, num país extremamente desigual do ponto de vista socioeconômico e secularmente marcado pelo cinismo diante dos direitos dos cidadãos, acabaram por instalar nas escolas uma dinâmica institucional, muitas vezes difícil e até mesmo cruel, que traz danos diários a todos os envolvidos no processo: técnicos, administradores, professores, funcionários, alunos e famílias usuárias da escola. (PATTO, 2005, p.19-20)

Recorrendo a Patto (2005), entende-se que a crise da educação, junto aos que estão diretamente envolvidos, passa pelas condições. Portanto, entende-se que uma visão crítica da realidade é necessária para que se busque compreender com clareza o que está presente neste momento histórico,

Dessa forma, coloca-se a importância e necessidade da continuidade da problematização sob a importância da educação quando muitas são as leis que chamam a atenção da sociedade para as ações implementadas pelo Estado junto à mesma.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Sabe-se que, apesar da importância que a escola exerce no meio em que está inserida, ainda assim, tem limites de ação principalmente em uma sociedade fundada na divisão de classes sociais. O percurso histórico tem mostrado que, no sistema capitalista, a educação não tem cumprido sua função social, estando subordinada ao movimento histórico determinado pelas relações políticas e econômicas.

Neste alinhamento reflexivo, entende-se que ao referendar a **educação enquanto princípio humanizador**, desencadeia-se um debate indicando a necessidade de sua continuidade, alertando para o fato de que não é qualquer educação que poderá cumprir o princípio ético-político na direção emancipatória dos seus sujeitos. Nesse encaminhamento, Batistão (2013, p. 136) propõe pensar a “necessidade da adoção de um aporte teórico que pressupõe o homem na sua dimensão histórico e cultural, que aponte para uma compreensão de homem que se faz por suas necessidades”.

No direcionamento dessa necessidade e estando em conformidade com as reflexões apresentadas nesse estudo, aponta-se a **psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica** enquanto referenciais que vêm indicando caminhos que desvelam a realidade, pois propõe a análise da mesma para além do cotidiano historicamente instituído, possibilitando assim a apreensão da essência dos fenômenos que se apresentam à escola.

Portanto, espera-se que este estudo possa contribuir para que outras reflexões sejam desencadeadas, pois se sabe da necessidade da ampliação do debate em torno de uma política pública de educação que se direcione, a partir de investimentos, na criação de melhores condições de trabalho para que a escola possa cumprir sua função social, sendo ela, a mediação do conhecimento elaborado historicamente pelo homem, entendendo que somente um ensino de qualidade poderá criar possibilidades de superação para a transformação do que se encontra instituído em nossa sociedade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. **Manifesto dos pioneiros da educação (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Massangana, 2010.

BATISTÃO, S. P. S. **Educação Inclusiva ou educação para todos?: contribuições da teoria histórico-cultural para uma análise crítica da realidade escolar**. 2013. 147 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BERNARDES, M. E. M. A educação como mediação na teoria histórico-cultural: compromisso ético e político no processo de emancipação humana. **Revista psicologia política**. vol. 10, nº 20, Jul./Dez, p. 293 – 296. 2010.

BERTOLDO, E.A concepção Marxista de Educação em Leontiev. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**. Ano 2: Número Especial. Dez: p. 189 - 204. 2010

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vygotski**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

LEONTIEV, A. N.. **Actividad, conciencia, personalidad**. Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 1983.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PARO, V. **Educação como exercício de poder: crítica ao senso comum em educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PATTO, M.H.S. **Exercícios de indignação**. Escritos de educação e psicologia. 1º ed. São Paulo, Casa do psicólogo, 2005.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Fulgor, 1963.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SAES, D. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 6. ed. revis. Campinas, S. P.: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**. Campinas, S. P.: Autores associados, 2006.

_____. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D. (et. al.). O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: SP. Autores Associados, 2004.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 2 ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982.

SILVA, J. C. Escola Pública e Classes Sociais em Marx: Alguns apontamentos. **Revista HISTBER ON – line**, Campinas, nº especial, p. 146 – 155. Abr. 2011.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.